

Fomentar os hábitos de leitura das crianças – o papel da biblioteca e do município¹

Ana Luísa Oliveira Ramos

Alguns inquéritos sobre os hábitos de leitura dos portugueses colocaram-nos questões incontornáveis e sobre as quais vale a reflectir, como o desfasamento que existe entre o gosto pela leitura² e a sua prática³ e a inexpressiva utilização de um espaço que é, por excelência, a casa do livro: a biblioteca. O inquérito coordenado por Eduardo de Freitas concluía que somente 10% da população portuguesa com mais de 15 anos (e que sabia ler e escrever) frequentava assiduamente bibliotecas e, em idêntica percentagem, livrarias⁴.

Ora, até que ponto estamos dispostos a trabalhar a fundo sobre os dados que recolhemos no âmbito da nossa actividade? Como é que uma reflexão teórica se pode materializar numa experiência concreta? Qual o contributo que podemos realmente dar para que um problema que foi identificado se transforme num projecto individual e profissional?

Noutro ângulo, podemos-nos questionar sobre quais as implicações que os baixíssimos níveis de leitura e os assustadores índices de iliteracia⁵ dos portugueses têm em matéria de *qualificação*. Em que medida a quase ausência de hábitos de leitura de uma parte significativa da população e a falta de competências de literacia podem afectar a competitividade de uma localidade, de uma região, de um país? Não teremos nós, enquanto recursos qualificados, obrigações acrescidas, uma vez que temos consciência da amplitude de determinados fenómenos? Como poderemos defender inabalavelmente a premissa da inovação se não contribuirmos para ela, nomeadamente questionando em termos organizacionais determinados sectores, como o sector da cultura e o sector da educação?

Ora, nós não podemos nem queremos ter a veleidade de construir um mundo diferente apenas porque achamos que seria importante para todos. Também não queremos construir uma casa começando pelo telhado. É necessário trabalhar sobre alicerces. Os alicerces que nós encontramos para promover o livro, a leitura e a literacia foram as bibliotecas. (Aliás, a esse propósito, confessámos que sempre padecemos de um mal detectado entre outros, por Raymond Quivy – a chamada gula livresca.⁶) Mas, voltando às bibliotecas, foram espaços onde sempre nos sentimos bem. E, que desde o final da década de 80⁷, estavam a sofrer profundas transformações a nível estatal, uma vez que, durante décadas, a Fundação Calouste Gulbenkian tinha sido a única instituição a implementar uma verdadeira política de divulgação do livro e da leitura, através da constituição de bibliotecas fixas e itinerantes em

¹ Comunicação apresentado no âmbito do Ciclo de Conferências promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia, subordinado ao tema **Sociologia, Ciência e Profissão**, realizada no Porto, no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 13 de Maio de 2003.

² Num estudo realizado por Eduardo de Freitas concluí-se que uma maioria significativa de 77% gostava de ler durante a infância. Ver FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida – **Hábitos de Leitura**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 2

³ Na mesma investigação, concluí-se que “15% dos entrevistados diz ler livros pelo menos uma vez por semana e 71% lê-os raramente ou nunca.” Ver FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida – cit. 2, p. 66

⁴ “Aqueles que dizem ir menos do que uma vez às bibliotecas são também uma maioria reduzida (6%) e os que raramente ou nunca as frequentam são a maior parte dos entrevistados (90%)”; “Dizem ir a uma livraria pelo menos uma vez por mês 10% dos inquiridos, enquanto a maioria (82%) só raramente ou nunca o faz” Ver FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida – cit.2, p. 77, 80

⁵ ver, a esse propósito: BENAVENTE, Ana (coord.) – **A literacia em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

⁶ ver: QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992, p.19-20

⁷ ver, por exemplo, Decreto-Lei nº 111/87, de 11 de Março

quase todos os pontos do país e da institucionalização do princípio do empréstimo domiciliário.

As bibliotecas estavam a mudar, entre outras coisas, pela forma como passaram a conceber o livro, o leitor e a comunicação que se estabelecia entre eles.⁸ Com efeito, muitas bibliotecas, porventura as mais conhecidas, embora pudessem possuir espólios valiosíssimos, provenientes, por exemplo, dos acervos das livrarias dos conventos e dos mosteiros que tinham sido nacionalizados durante o período liberal, não possuíam em número e qualidade generosa obras mais actualizadas ou documentos que fossem ao encontro das preocupações dos cidadãos. Assim, pelo teor do fundo documental, pelo seu carácter extraordinário, a preocupação do bibliotecário era também a de um conservador que zelava por um bem patrimonial. Entretanto, os ventos de mudança sopram com maior fôlego. Cada vez mais é maior o número de pessoas que pensa que a função essencial das bibliotecas não é a da conservação dos livros, mas a de procurar que sejam lidos⁹.

Com efeito, outro dos factores que fez arejar os princípios da biblioteconomia foi o de encarar determinados livros não como bens duradouros, mas como bens de consumo, que têm um determinado ciclo de vida. Foi também importantíssimo que as bibliotecas passassem a responder às diferentes necessidades educativas, culturais e informativas dos seus leitores. Para isso, é necessário que os fundos bibliográficos sejam permanentemente actualizados e que contenham documentos de qualidade. Foi ainda essencial adoptar, nas bibliotecas, o princípio do livre acesso - a opção de retirar as portas dos armários das bibliotecas para que as pessoas pudessem livre e individualmente procurar os livros que desejavam ou necessitavam é a prova que uma ideia simples pode ser extremamente eficaz. E que faz a diferença. A biblioteca aparece também como uma parte fundamental do circuito de comunicação entre aquele que escreve - o autor - e aquele que lê - o leitor.

Assim, todos esses pequenos passos permitiram, permitem que as bibliotecas deixem de ser vistas como “catedrais do conhecimento” (e os bibliotecários como ratos de biblioteca!). As alterações referidas anteriormente, como a do livre acesso, são hoje fundamentais a qualquer biblioteca, seja ela uma biblioteca universitária, uma biblioteca escolar ou uma biblioteca pública e isto apesar dos seus fundos bibliográficos terem características diferentes e os seus públicos serem distintos.

Ora, nós começamos por trabalhar numa biblioteca universitária, na Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto casa-escola onde aprendemos sólidos princípios e normas técnicas, administradas e ensinadas por excelentes profissionais. Destacava um em particular, que foi e continuará a ser sempre uma referência, como pessoa e como dirigente - o Dr. João Leite. Mas nesta biblioteca aprendemos também a respeitar profundamente os que, apesar de não terem em termos formais uma categoria profissional “superior”, serem pessoas com um elevado potencial técnico, intelectual e humano. Aprendemos, realmente, a olhar por detrás das fachadas, com aquelas *formiguinhas* trabalhadoras que mantêm a casa de pé. Serão sempre fundamentais testemunhos de vida.

Mas, decorridos 5 anos no meio universitário queríamos novos desafios. Queríamos muito dar o nosso contributo científico, técnico e humano num meio que desconhecíamos mas que tinha uma escala ao nosso alcance. Queríamos consubstanciar ensaios e conceitos que nos foram facultados na Faculdade e que nunca esquecemos, como o de Produto Nacional Vivo, da autoria de Augusto Santos Silva¹⁰. Ou os contributos da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Organizações¹¹, disciplinas que nos fizeram, de facto, acreditar nas potencialidades da Sociologia...

Queríamos que alguns desses conceitos saíssem do papel, saltassem da prateleira e voassem ao encontro das pessoas que não faziam parte do nosso círculo mas que, talvez,

⁸ Ver NUNES, Henrique Barreto - **Da biblioteca ao leitor**. 2ª ed. Braga: Autores de Braga, 1998

⁹ Ver ESCOLAR SOBRINO, Hipólito - **El lector, la lectura, la comunicación**. Madrid: ANABA, 1972, p. 15

¹⁰ ver: SILVA, Augusto Santos [el. al.] - **Atitudes, valores culturais e desenvolvimento**. Lisboa: Sedes, 1988

¹¹ Que nos foram magistralmente ensinados pela Dra. Cristina Parente e Dra. Luísa Veloso

imbuídos deste espírito, pudessem ver connosco outros prismas da realidade. Entrando na cena da vida de outras pessoas, como nos sugeriu Theodore Zeldin, no fundamental livro: *História Íntima da Humanidade*, nomeadamente nas vidas de pessoas como a Juliette: “Talvez a vida de Juliette pudesse ter sido diferente se os encontros que decidiram o seu percurso tivessem sido menos silenciosos, superficiais ou rotineiros, se tivessem sido partilhados mais pensamentos e se a humanidade se houvesse revelado um pouco mais nesses mesmos pensamentos. (...) Por detrás das infelicidades de Juliette, vejo todos aqueles que viveram mas que se consideraram falhados ou foram tratados como tal. O pior de tudo, nesse falhanço, seria uma pessoa compreender que não viveu, que não foi encarada como um ser humano independente, que não foi ouvida, que nunca lhe pediram uma opinião, e que foi vista como um bem móvel, propriedade de outro.”¹²

Assim, porque não tornar problemas incontornáveis, como a dos baixíssimos níveis de leitura e literacia da população portuguesa, em matéria-prima pessoal, prioritária e inadiável? Até que ponto um trabalho de investigação – o que fizemos no âmbito da disciplina de Sociologia da Informação, da Pós-Graduação em Ciências Documentais¹³ - pode ser suficiente para alterar um percurso de vida pessoal e profissional?

Há, de facto, momentos na vida em que basta de palavras – são precisas acções. Assim, partimos da Biblioteca da Faculdade de Letras com um sonho e um projecto na mão, o de criar e fomentar os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância, 1ª missão-chave consagrada no Manifesto da Unesco das Bibliotecas Públicas¹⁴, espécie de documento-mãe das bibliotecas públicas. A Biblioteca Pública (modelo, por exemplo, adoptado na Biblioteca Almeida Garrett, no Palácio de Cristal) desenvolvia-se segundo parâmetros cheios de potencialidades.

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas¹⁵, sob a batuta do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), estava a alterar paulatinamente as condições e o acesso ao livro e à leitura a nível local, através da elaboração de contratos-programa entre as autarquias e o Ministério da Cultura, representado pelo IPLB¹⁶. Estes contratos-programas pressupunham e continuam a pressupor um compromisso contratual de ambas as partes em domínios muitos vastos, nomeadamente o da construção civil e arquitectura (prevê a remodelação ou criação de raiz de um edifício com tipologias de espaços, sectores e serviços bem definidos), o do apetrechamento com mobiliário específico de biblioteca, com equipamento áudio e vídeo e uma ampla rede informática. As orientações relativamente ao fundo bibliográfico também são amplas, contemplando documentos em vários suportes para a secção infantil, juvenil e de adultos.

Agora, porquê o interesse pelas crianças? Não era a primeira vez que nos interessávamos por esse tipo de população. No 12º ano, na Escola Secundária Carolina Michaëlis, já tínhamos feito um trabalho sobre *A Criança no Antigo Regime*, no 2º ano do Curso de Sociologia, na disciplina de *Metodologia e Técnicas de Investigação* fizemos um trabalho sobre: “*O impacto da televisão nas famílias portuguesas*”¹⁷ e no 5º ano da licenciatura, em 1995-1996 elaborámos, com a colega Madalena Nunes, um estudo intitulado: *Um espaço para a criança*, que pretendeu estudar os espaços onde as crianças brincam, nomeadamente o Parque da Cidade, o Jardim da Cordoaria, os jardins do Palácio de Cristal e os jardins de Serralves, tendo sido orientadas admiravelmente pelo Prof. Doutor José Azevedo. Assim, as crianças há muito tempo que faziam parte das nossas ocupações.

Mas qual a principal marca que a Sociologia e os sociólogos podem ter no mundo das bibliotecas? Talvez no modo como considerámos que os bibliotecários se devem relacionar

¹² ZELDIN, Theodore – *História íntima da Humanidade*. Lisboa: Teorema, 1994, p. 11-12

¹³ RAMOS, Ana Luísa – Sobre as potencialidades de fomentar os hábitos de leitura das crianças. Porto: Ed. Do Autor, 1998. (orientação: Dra. Paula Guerra)

¹⁴ ver www.iplb.pt

¹⁵ ver <http://rnbp.iplb.pt>

¹⁶ ver <http://rnbp.iplb.pt/Documentos/manifesto-UNESCO.pdf>

¹⁷ orientado pela Prof. Doutora Isabel Dias

com os seus pares, tentando que a comunicação flua da maneira menos hierárquica e rígida possível, aproveitando as mais-valias de cada pessoa e agente. Promovendo a constituição de células de trabalho. E dando especial atenção aos pormenores.

Assim, fomos trabalhar para a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos e ficamos responsáveis pelo programa Rede de Bibliotecas Escolares¹⁸. Este existia em Matosinhos desde 1997. Nós fomos para a Biblioteca em 2000. O primeiro acto significativo que fizemos foi implementar o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, o SABE, serviço que estava previsto nos relatórios-síntese¹⁹ que lançaram a Rede (este programa é promovido pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura) mas que ainda não estava em funcionamento na Biblioteca de Matosinhos. A Biblioteca Municipal é um serviço da Câmara. Ora, os órgãos autárquicos têm competências legais em domínios específicos, nomeadamente no da cultura e educação.²⁰

A Biblioteca Pública Municipal, relativamente às bibliotecas escolares do 1º ciclo do ensino básico, têm funções acrescidas. Assim, o SABE da Biblioteca Municipal tem vários objectivos, entre os quais a criação e o acompanhamento das bibliotecas escolares, sobretudo as do 1º ciclo. Isso pressupõe, por exemplo, adquirir todo o equipamento para a Biblioteca Escolar assim como o fundo bibliográfico. Pressupõe também tratar tecnicamente os documentos, nos seus variados suportes, em matéria de catalogação, indexação e classificação. Pressupõe, também, organizar actividades de promoção do livro e da leitura.

Ora, tínhamos duas opções – ou apetrechar as bibliotecas à distância, achando que as escolas do 1º ciclo tinham poucas competências a oferecer e que faltava aos seus agentes capital, nomeadamente capital cultural, para constituir a biblioteca da escola, ou considerávamos a escola como um parceiro fundamental em todo este processo. Optámos pela 2ª via, ou seja, achámos que a biblioteca só podia ser um projecto da escola se conseguíssemos mobilizar os professores, os alunos, os conselhos executivos, os auxiliares de acção educativa e os pais, num projecto com o qual se identificavam e para o qual tinham contribuído. Tal pressupõe uma verdadeira rede dentro da escola, entre a escola e a biblioteca municipal, entre a biblioteca municipal, a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. Pressupõe um continuado e inacabado trabalho de colaboração.

É preciso, assim, romper com preconceitos, nomeadamente relativamente ao ensino, que enferma, tantas vezes, da visão taylorista. Há uma tendência generalizada para valorizar o ensino universitário em detrimento dos níveis que o antecedem, nomeadamente o pré-escolar e o do 1º ciclo. Há uma tendência generalizada para achar mais estimulante o trabalho com estudantes universitários do que com estudantes do ensino básico, considerando erroneamente que são limitadas as suas potencialidades. É aí que achámos que podemos fazer a diferença. Sabemos que temos que ultrapassar esses preconceitos e integrar no processo os vários agentes, salientando as mais-valias de cada um. Assim, se nós somos bibliotecários e, enquanto técnicos, podemos, por exemplo, rentabilizar a informação que os documentos contêm, nomeadamente através de um tratamento técnico específico, temos que respeitar e ouvir atentamente os outros, nomeadamente os professores e, dentro deles, os coordenadores das bibliotecas, porque eles conhecem profundamente as necessidades dos vários tipos de população escolar. Há três anos que trabalhamos intensamente com eles, numa relação de respeito pelo trabalho de cada. [a RBEM conta com 32 escolas, sendo 16 do 1º Ciclo do

¹⁸ ver www.dapp.min-edu.pt/rbe/documentos

¹⁹ ver VEIGA, Isabel [et. Al] – Lançar a rede de bibliotecas escolares. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Educação, 2001

²⁰ Ver Lei nº 169/99, de 18 de Setembro – estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos autárquicos e das freguesias e Lei nº 159/99, de 14 de Setembro – estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Ensino Básico (ICEB)²¹. Mais de 3000 alunos do ICEB frequentam semanalmente estas bibliotecas escolares.]

Trabalhámos intensamente com onze professores destacados pela DREN, em regime de exclusividade, para coordenador a biblioteca da sua escola. Entre nós há um forte espírito de equipa, que é reforçado todos os meses nas reuniões que o SABE promove. Estas reuniões são rotativas, variando o ponto de encontro, mas que é sempre uma biblioteca de uma escola. Estas reuniões permitem que os professores-coordenadores das BE e a Biblioteca Municipal conheça outras realidades, novas formas de organizar o espaço e de trabalhar o fundo documental. Permitem que se discutam problemas que os afectam a todos e a cada um, em particular. Permite que se divulguem iniciativas culturais, acções de formação ou leis. Permitem que a Biblioteca Municipal divulgue medidas que a Câmara adoptou. Estas reuniões mensais tornaram-se, de facto, espaços privilegiados de comunicação. Mas há outros momentos.

Todos os pormenores nas bibliotecas tendem a ser negociados. Assim, por exemplo, todos os anos o Ministério da Educação, por via do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, tem lançado candidaturas para integração de novas escolas na Rede. Tentámos sempre acompanhar as escolas, mesmo quando não integram a Rede. Mas, a partir do momento em que são seleccionadas, há um enorme envolvimento entre a escola e o SABE da Biblioteca Municipal de Matosinhos. A título exemplificativo, podemos dizer que a análise e selecção do fundo bibliográfico para a biblioteca da escola é uma excelente oportunidade de comunicação entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar. Há que facultar à escola informação sobre os livros, CDs, material lúdico, áudio e vídeo disponíveis no mercado editorial. Devemos também proporcionar-lhes catálogos produzidos por entidades reconhecidas, como o Ministério da Educação, o IPLB, a Fundação Calouste Gulbenkian ou a APPLIJ²².

É preciso dar tempo e espaço para que as escolas se envolvam, participem e sintam a pertinência destes actos, comprometendo-se com os projectos. É fundamental auscultar os interesses e as apostas dos professores das várias áreas curriculares, dos vários anos de ensino, etc. É imprescindível que eles reflectam sobre as propostas apresentadas, conjuguem as suas próprias reflexões e a experiência profissional que têm. Isso faz com que o fundo bibliográfico nunca seja exactamente igual de escola para escola. Se a escola participou no processo de análise e selecção do fundo bibliográfico, verificamos que cada biblioteca é um caso particular, que pressupõe um elevado investimento económico mas também humano.

Com efeito, estas medidas são ainda acompanhadas por uma gestão escrupulosa da verba facultada pelo Ministério da Educação. Aqui, sempre tentámos que as nossas bibliotecas fossem também competitivas e, por isso, negociámos a verba cêntimo a cêntimo. Esse é outro pormenor importante porque muitas vezes há uma tendência para ser displicente com o dinheiro que não é nosso. O que nós, como coordenadores do SABE, tentámos sempre fazer foi exactamente o contrário, pensando sobretudo nos interesses das crianças. Procurámos obter sempre a melhor relação preço-qualidade. Ou seja, integrámos princípios essenciais ao sector privado, achando que, com isso, conseguimos providenciar um melhor serviço público. Assim, por exemplo, desde há 3 anos que negociámos o fundo bibliográfico das escolas com cerca de 30 editores de livros, que nos proporcionem, de acordo com uma determinada lei²³, a hipótese de alcançarmos descontos no preço unitário do livro. As escolas sentem que estamos, deste molde, a gerir bem uma verba que é deles, porque foi a escola que se candidatou à Rede, mas que, por imperativos legais, tem de ser gerida pela autarquia, via biblioteca municipal. Era muito mais simples comprar a 1 ou 2 fornecedores, mas faríamos isso em proveito nosso e não das escolas.

²¹ Neste momento a Rede de Bibliotecas de Matosinhos integra mais 5 escolas do 1º ciclo do ensino básico, totalizando 21 escolas do ICEB, uma vez que já são conhecidos os resultados da Candidatura Concelhia 2003. Para mais inf. ver www.dapp.min-edu.pt/rbe

²² Associação Portuguesa para a Promoção do Livro Infantil e Juvenil

²³ ver Decreto-Lei nº 176/96, de 21 de Setembro

O mesmo se passa com a aquisição do equipamento, nomeadamente o mobiliário específico de biblioteca ou as obras que se fazem para a reestruturação do espaço-serviço biblioteca que, envolve, também, os engenheiros e arquitectos da autarquia. Há que atender às necessidades específicas de cada escola, ao seu tipo de organização, ao meio onde estão inseridos e às particularidades daquela comunidade escolar. Assim, atendendo a este tipo de pormenores, estamos já a perspectivar a futura utilização da biblioteca e o seu posterior funcionamento. Estamos a vê-las como sociedades negociantes, na expressão de François Perroux. E, ainda, tentamos fazer nossos as palavras de Edgar Morin, que dizia: “on a toujours traité les systèmes comme des objects; il s’agit désormais de concevoir les objects como des systèmes.”²⁴

Temos também desenvolvido actividades de promoção do livro e da leitura e editado alguns documentos, nomeadamente em 2001, com a publicação da brochura: “A biblioteca na escola”, que recolhe testemunhos de crianças sobre a biblioteca da sua escola e, este ano, com a edição do *Jornal Mar de Letras*, organizado segundo temáticas várias, entre as da ciência, do multimédia, da literatura, do ambiente, etc. Este jornal contempla artigos, fotografias e desenhos de alunos, professores, investigadores, políticos e técnicos.

Finalmente, podemos sempre cair na tentação de acharmos que temos muita experiência e que já conhecemos todas as soluções possíveis para cada caso. Há lutar contra esse sentimento concêntrico, através de um processo de descentração. Porque, muitas vezes, há em nós um conflito entre a nossa costela de *descobridores* de novos mundos e outras gentes que ambiciona o contacto com culturas diversas e anseia alargar os horizontes do conhecimento e, paralelamente, a nossa costela de colonizadores, que intenta impor ideias e comportamentos, valores e regras. Mas não será necessário ter consciência prática das intenções e razões do descobridor e do colonizador para, posteriormente, fazermos fluir melhor a comunicação?

Deste modo, tem que haver constantes recomeços, porque as culturas e as identidades culturais são processos dinâmicos e plurais. Temos sempre que encarar outras formas de produção de sentido e de encarar outras inteligibilidades. É fundamental considerar os movimentos de vaivém entre o sujeito, com a sua experiência cognitiva e o objecto, como horizonte de informação. É assim importante deslocarmo-nos em termos espaciais, temporais e simbólicos e ir à procura do outro, dos outros, das pessoas. Sair das redomas, da universidade, da biblioteca e ir ao encontro de outras realidades, de outras culturas. Com efeito, não será o medo do desconhecido que nos conduz, às vezes, a atitudes menos democráticas e mais autoritárias em relação uns aos outros? Medo de expormos as nossas fragilidades e as nossas incongruências?

Mas é preciso tentar, errando e acertando, agilizando estratégias, correndo riscos, encontrando caminhos e novas formas de comunicação. Saímos, assim, todos os dias cansados por nunca termos certezas de nada, porque o trabalho nunca mais acaba e as tarefas são hérculas mas, ao mesmo tempo, orgulhosos por estarmos a experimentar algo, com muitas pessoas. Não temos fórmulas, apenas projectos. Sabemos que este tipo de trabalho, de promoção do livro e da leitura, passa por envolver pessoas, respeitando os seus contextos, as suas formas de trabalho e os seus modos de ver o mundo. Mas, pelo o sonho e com projectos vamos ensaiando formas de fomentar os hábitos de leituras nas crianças, desde a primeira infância.

Concluindo, fazemos nossas as palavras de Álvaro de Campos:

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

²⁴ MORIN, Edgar – *La méthode 1: la nature de la nature*. Paris: Seuil, 1977, p. 100, in CLANET, Claude – *L’interculturel et l’articulation des approches disciplinaires*. Paris: L’Harmattan, 1994, p. 399

*À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.*²⁵

²⁵ PESSOA, Fernando – Tabacaria. In Ferreira, David Mourão O rosto e as máscaras Lisboa: Ática, 1976, p. 105